

IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: AÇÕES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MANAUS

Tássia Patricia Silva do Nascimento¹

tassiapatricia.tp@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas

UFAM

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a questão da identidade, de forma mais específica sobre identidade da pessoa com deficiência a partir da contribuição de alguns autores e tem como pressuposto, a pesquisa sobre política de reconhecimento na rede municipal de educação de Manaus, tendo como seu público alvo as pessoas com deficiência e suas relações entre identidade políticas públicas. Dessa forma, a identidade no cenário contemporâneo representa um processo de construção contínua, podendo ser negociável e revogável ao longo da vida, e que depende das escolhas que fazemos e do contexto de um grupo social. Na busca de se construir sistemas/grupos educacionais inclusivos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008, apresenta a educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Desta forma essa política busca a superação de barreiras para a promoção, participação e aprendizagem, bem como a autonomia dos alunos da Educação Especial, e segundo a mesma as instituições devem se organizar com currículo e estratégias que atendam as suas especificidades e subjetividades.

Palavras-Chave: Educação, Identidade, Pessoa com Deficiência.

Abstract

This article aims to reflect on the question of identity, in a more specific way about the identity of the person with disability from the contribution of some authors and has as a presupposition the research on recognition policy in the municipal education network of Manaus, its target audience to people with disabilities and their relationships between public policy identities. In this way, identity in the contemporary scenario represents a process of continuous construction, which can be negotiable and revocable throughout life, and which depends on the choices we make and the context of a social group. In its quest to build inclusive educational systems / groups, the National Policy on Special Education in the perspective of Inclusive Education of 2008 presents inclusive education as a political, cultural, social and pedagogical action, unleashed in defense of the right of all students to be together, learning and participating, without any kind of discrimination. In this way, this policy seeks to overcome barriers to promotion, participation and learning, as well as the autonomy of Special Education students, and according to it, institutions must organize themselves with a curriculum and strategies that meet their specificities and subjectivities.

Key words: Education, Identity, Person With Disabilities.

Introdução

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) é responsável por gerenciar a educação no âmbito municipal, nos níveis de Educação Infantil e Ensino fundamental, bem como a execução da política municipal no

¹ Graduada em Produção Publicitária (IFAM); Especialista em Comunicação Marketing em Mídias Digitais (ESTÁCIO), Especialista em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia (IFAM), Mestranda do Programa de Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA - UFAM).

que refere ao planejamento, recursos e profissionais para a educação é a Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Segundo informações do setor de estatística da referida rede de ensino no primeiro semestre de 2017 a rede alcançou 4.384 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro) matrículas de alunos da Educação Especial, nas etapas e modalidades ofertadas (SEMED, 2017). Comparando à 2016, em que havia 2.978 (dois mil novecentos e setenta e oito) matrículas para este público, a SEMED teve um acréscimo de 31,9 %.

Dessa forma, é a SEMED é responsável pela educação, bem como a autonomia e a imponderação da pessoa com deficiência – crianças PCDs –ligadas a ela, proporcionando assim ferramentas e alternativas para uma educação de qualidade e acessível. Diante disso, são necessários perceber vários conceitos que nos levam a entender essa universalização das pessoas com deficiência e assim reconhecer possíveis facetas no qual estão envolvidas inúmeras questões sobre o tema.

A história da cultura da humanidade deve ser assimilada como o resultado das lutas e das tentativas de harmonização entre os princípios de semelhança e diferença inerente às relações humanas. Por essa razão, as associações se formam à medida que os indivíduos com necessidades ou interesses em comum se agregam e constroem suas identidades a partir das identificações estabelecidas nas relações sociais. É o caso das pessoas com deficiência, que de acordo com suas necessidades especiais se unem em associações com o intuito de promover seu fortalecimento social e adquirir respeito e cidadania. Essas associações são entidades com força política e representatividade coletiva, com identidade própria, reconhecida tanto pelos seus membros quanto por outros grupos sociais, estabelecendo assim uma identidade como grupo organizacional.

Dessa forma esse estudo busca o debate desse conceito de identidade a partir da perspectiva da educação escolar, tem como análise a política municipal de educação especial na perspectiva de Educação inclusiva da rede de ensino público Manaus tendo como eixo norteador a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva de 2008. Assim, elencou-se como objetivo da pesquisa analisar as políticas públicas da rede Ensino do município de Manaus voltada para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, bem como identificar as ações da referida rede de ensino com relação ao atendimento aos alunos da educação especial, e estabelecendo as relações entre reconhecimento e identidade.

A construção baseou-se na abordagem qualitativa, e a relação com pesquisa social para proporcionar um olhar analítico sobre o tema em questão e explicando os fatores de produção, analisando o fato inserido num contexto histórico-social e cultural próprio, uma vez que não apenas a dinâmica social interfere no modo de vida desse indivíduo com deficiência, mas este, enquanto agente de transformação, também influencia a dinâmica

social de determinada comunidade a qual se encontra inserido. Corroborando para o delineamento do estudo, utilizou-se a pesquisa documental.

Por conseguinte, na medida em que a universalização da educação básica se ampliou, observamos uma crescente inserção de alunos com deficiência nas escolas de ensino básico, ademais a referida Constituição (BRASIL, 1988), no inciso III do Art. 208, passa a assegurar o atendimento educacional especializado para esses alunos, no entanto, não sinaliza que seja obrigatório este atendimento no ensino regular, ao utilizar o termo preferencialmente e colaborou para que esses alunos continuassem excluídos do sistema educacional.

Grupos sociais e formação da identidade

Todo indivíduo já nasce inserido em uma cultura, e ao longo do seu desenvolvimento vai assimilando valores, crenças, hábitos e costumes da sociedade na qual se encontra inserido. Ao mesmo tempo, as relações que desenvolve nos diferentes espaços sociais contribuem para o seu desenvolvimento psicossocial. Sob essa ótica, a participação do indivíduo em determinado grupo social torna-se imprescindível na sua formação, pois define sua identidade e determina seu lugar no meio social.

Uma característica dos grupos é a existência de uma consciência coletiva, onde os membros compartilham ideias, valores e modos de agir, que de acordo com Mannheim (2012), surge com a tentativa de avaliar a posição do grupo, procurando definir seu lugar no ambiente social. Na medida em que o grupo critica a definição coletiva imposta pela sociedade, ele também passa a criticar sua própria relação com os demais grupos sociais. É diante desse cenário que se apresenta o conceito de identidade social, entendida como a identificação e o sentimento de pertença a determinado segmento social. A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social:

A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. Mas a identidade social não diz respeito unicamente aos indivíduos. Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social (CUCHE, 1999, p. 177).

As identidades sociais são construídas a partir das interações que põem em contraste os grupos sociais, sendo a identidade de um grupo definida com base em determinados traços que permitem afirmar e manter uma distinção cultural. Elas apresentam uma relação dialética que envolve os seguintes polos: as diferenças e as semelhanças. Quanto às diferenças, a definição de uma identidade ocorre para distingui-la de outras identidades ou do grupo geral. Assim sendo, determinada identidade só existe se houver outra diferente dela, permitindo sua

singularidade (quando alguém afirma ser jovem, está se diferenciando de outros indivíduos que não pertencem à mesma faixa etária).

Quanto ao segundo polo, a identidade envolve reconhecer semelhanças com o(s) outro(s), através da identificação e do pertencimento. A identificação se refere ao processo psicológico em que um indivíduo assimila uma característica de outra pessoa ou grupo, transformando-se a si próprio de acordo com o modelo adotado. Já o pertencimento é o sentimento de fazer parte, de compartilhar os mesmos atributos com outras pessoas, e está relacionado tanto com a inclusão quanto com a exclusão. A identidade implica, portanto, o reconhecimento social da diferença, ao mesmo tempo em que permite a unidade entre aqueles que partilham os mesmos princípios do grupo.

A luta dos diferentes segmentos sociais pelo reconhecimento de suas identidades está intrinsecamente vinculada à questão do estigma. Foi visto que o significado das identidades está associado às representações produzidas, que por sua vez sofrem influência dos ambientes sociais, pois estes fornecem condições que estipulam as categorias de identidade possíveis de serem encontradas nele. A partir dessa constatação, Goffman (2004) classifica a identidade social em dois tipos: a virtual e a real. A virtual representa as características sociais (estereotipadas) que atribuímos a determinada pessoa ou categoria de acordo com nossos conhecimentos e experiências vividas, enquanto a identidade social real representa as características e atributos que eles de fato possuem.

Quando ocorre uma discrepância entre a identidade virtual e a identidade real surge o estigma, que são atributos indesejáveis percebidos no indivíduo, que o diferem de outros que estão classificados na mesma categoria. Mas não é qualquer atributo indesejável que pode ser classificado como estigma, e sim aqueles socialmente classificados como depreciativos e incompatíveis com os estereótipos criados e que fornecem uma visão negativa da identidade social. Na verdade, um mesmo atributo pode tanto estigmatizar quanto conferir “normalidade”, dependendo do contexto relacional.

Os estigmatizados podem apresentar inseguranças nas relações com os normais, uma vez que, em cada nova interação, não se sabe em qual categoria ele será classificado, nem se tal classificação será favorável. Ao mesmo tempo, a pessoa com estigma pode responder a essas situações de diferentes formas: tentando corrigir a causa do estigma, se aprimorando nas áreas consideradas inacessíveis por causa de sua condição, ou buscando romper com a realidade imposta e apresentar uma nova interpretação de sua identidade, visando o reconhecimento social. No último caso, destaca-se a importância de outras pessoas que contribuem nesse processo apoiando sua visão de mundo e se identificando com seus sentimentos e objetivos, na tentativa de transformar o contexto vigente.

Para compreender a conexão entre identidade e reconhecimento, é preciso considerar o caráter dialógico da condição humana, no qual a linguagem possui papel fundamental. Dessa forma, a definição da identidade se dá no diálogo com os outros, mas mesmo sendo dependentes da contribuição deles, devemos nos esforçar para nos definirmos sozinhos, e assim, melhor compreender e controlar a influência externa recebida.

As demandas por reconhecimento encontram-se dentro de contexto internacional de avanço do conservadorismo, do fundamentalismo alinhados à outros grupos políticos que possuem em sua natureza a defesa de alguma forma de exclusão social ou identitária. (PEREIRA, DENIS 2016, p. 160).

A partir do desenvolvimento da concepção moderna de identidade, surge a política da diferença, que se baseia no fato de que as singularidades historicamente ignoradas possuem uma validade legítima.

Os governos são compostos de forças heterogêneas e risomáticas, que por vezes, colocam os agentes e setores em condição de conflito dentro dos governos, produzindo, por vezes, apenas embuste político – governamental. Quanto ao poder legislativo há uma decantação que permite se vislumbrar as forças minoritárias que possuem projeto de redistribuição e de reconhecimento e a as forças majoritárias que representam o patrimônio, os dogmas religiosos e controle punitivo. (PEREIRA, DENIS 2016, p. 36).

Embora essa nova política também possua uma base universal, apresenta um enfoque diferente: todos os indivíduos e grupos devem ser reconhecidos por suas identidades únicas. Enquanto a política de igual dignidade aplica a não-discriminação desconsiderando as diferenças existentes, a política da diferença compreende a não discriminação como requisito para um tratamento diferencial com base nas singularidades em questão. “É justamente por meio desta nova interpretação de igualdade que serão valorizadas as demais particularidades que formam as identidades dos sujeitos e dos grupos passando a ser, inclusive, garantidas pelos Estados e reconhecidas na esfera pública (ANDRADE, 2013, p. 72).

Identidade social e a deficiência

No contexto macrossocial, a percepção que se tem das pessoas com deficiência enquanto grupo – com identidade social definida e direito à participação na vida pública – é uma conquista recente, que tem origem nos anos 60 com o surgimento dos movimentos sociais de pessoas com deficiência. Outro fator que contribuiu para a afirmação dessa identidade foi o advento do Modelo Social de Deficiência²³, nessa mesma década. “O interesse

da literatura pela pessoa com deficiência vem de longa data, mas a sua identidade como um ser de direitos é recente e não permite uma interpretação unívoca” (GOMES; CAMPOS, 2015, p. 181).

Dependendo do tipo de deficiência, alguns fatores influenciam na construção da identidade, entre eles, o ambiente social onde ocorre a vida diária, e a posição do sujeito na estrutura social. Em relação à deficiência física, Martins (2009) aponta que a questão preponderante se refere às práticas e relações desenvolvidas na vida cotidiana, enfatizando a relevância da biografia pessoal, pois particulariza e personaliza a experiência.

A tese consiste no fato de nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvos de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletem uma imagem limitativa, de inferioridade, ou de desprezo aos mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira falsa, distorcida, que a restringe. (TAYLOR, 1994, p. 45).

A identidade deficiente enquanto experiência subjetiva também pode envolver diferentes significados, dependendo da sua origem (congenita ou adquirida). De acordo com Martins (2009), pessoas que adquirem alguma deficiência podem vivenciar o processo de ruptura biográfica, através de transformações nas atividades cotidianas, nas relações e nas formas de interpretar o mundo causadas pela nova condição. Essas transformações têm influência direta na (re) construção da identidade, uma vez que trazem à tona reflexões sobre a autoimagem e o autoconceito, na medida em que a deficiência rompe como o referencial de identificação internalizado. Em contrapartida, pessoas com deficiência congênita apresentam uma continuidade biográfica, apresentando elementos que reforçam sua identidade.

Projeto político pedagógico: espaço de garantia dos direitos de estudantes com deficiência

Segundo a LDB 9394/96 as instituições de ensino tem autonomia para criar sua proposta pedagógica, com base nos princípios da gestão democrática e no seu Art. 14 estabelece essa gestão e que os profissionais da educação participem da elaboração do PPP.

Segundo Veiga (2008) não trata de um conjunto de planos de ensino ou de um documento que precisa ser levado aos órgãos competentes como prova que foi construído e depois ser esquecido ou arquivado, pois o PPP está além, o mesmo é concebido cotidianamente na escola pelas pessoas que a compõem. Nessa perspectiva, o PPP conforme nos aponta Veiga (2008):

Tem um significado indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade [...]. Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos [...], pois trata-se de dimensão política e a dimensão pedagógica da escola (VEIGA, 2008, p. 13).

A escola precisa incorporar em seu PPP, propostas que contemplem a participação de todos, pois para Tezani (2009, p. 10)

[...] quando todos participam e se sentem responsáveis bem como comprometidos com aquilo que fazem, concretiza-se a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar. O primeiro passo efetivo deve garantir a gestão democrática e participativa como um dos possíveis caminhos à construção da escola inclusiva.

A construção do PPP precisa ser realizada de forma coletiva, no qual todos são responsáveis pelas estratégias e planejamentos traçados, priorizando a diversidade existente no contexto escolar buscando a superação das desigualdades e barreiras impostas no sistema educacional com relação a educação das pessoas com deficiência, pobres, negros, crianças, jovens e mulheres.

Na perspectiva da educação inclusiva as escolas precisam promover em seu PPP, ações educativas que contemplem esse alunado e adequar-se para atender as necessidades e especificidades dos mesmos. Em fim, é fundamental que as escolas assumam o papel de transformação, na busca da inclusão, pois o delineamento dessas ações na escola apresentam-se na organização da rotina, sensibilização, parcerias com os pais, horários, formação com os pares na escola, ou seja, partilha de experiências e conhecimentos.

Neste sentido o comprometimento da equipe escolar precisa estar concatenado com o PPP da escola e desenvolvido com responsabilidade, visto que “a organização do Atendimento Educacional Especializado não pode ser um mero apêndice na vida escolar ou da competência do professor que nele atua”. (RAPOLI et al, 2011, p. 8).

Tecendo considerações

Portanto de acordo com o objetivo proposto na pesquisa, evidenciou-se que a rede de ensino do Município de Manaus tem ampliado suas ações para o alunos da educação especial, tendo em vista a crescente matrículas dos alunos, implantação de SRM e o trabalho articulado da escola com o Complexo Municipal de Educação Especial.

No entanto, apresenta-se a necessidade do planejamento, acompanhamento e assessoramento das políticas de inclusão no município de Manaus, posto que a demanda dos alunos para o AEE é crescente em decorrência da ampliação de matrículas, as SRM implantadas pelo município não são suficientes para atender os mesmos. Com isso, os investimentos do governo nos municípios e estados são imprescindíveis, bem como o monitoramento e ampliação desse serviço com objetivo de atender aos alunos e construir sistemas educacionais inclusivos.

Dessa forma a escola tem um papel fundamental na construção dessa identidade e por conseguinte reconhecimento como individuo pertencente de um grupo. As pessoas com deficiência foram se constituindo como grupo social no início do século XX, quando se inicia a desvinculação da deficiência com a área biomédica (que trata a deficiência como um problema pessoal). A esse respeito, Freitas (2003) afirma que tal separação não se deu de forma planejada, mas resultou de diversos fatores, como o controle das emoções pelos indivíduos (decorrente do processo civilizador), o desenvolvimento da medicina e ações desenvolvidas pelo poder público em relação aos deficientes, dentre outros.

Essas ações representam uma das primeiras formas de visibilidade social alcançada pelos deficientes. Entretanto, até meados do século XX, as formas de identificação das pessoas com deficiência eram elaboradas a partir do entendimento dos “outros”, portanto até essa época não se pode afirmar que havia uma identidade consolidada para esse grupo, uma vez que eles ainda não tinham autonomia para decidir sobre sua própria.

É a partir dos anos 60 que as pessoas com deficiência começam a se organizar coletivamente para lutarem pelo seu reconhecimento social, reagindo contra as diversas formas pejorativas de tratamento social. Isso ocorreu em parte por influência do próprio cenário sócio-histórico da época, onde outros grupos socialmente marginalizados, como os negros e a comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros - LGBT começavam a constituir movimentos de ação coletiva em prol dos seus direitos civis. Nesse contexto, surgem manifestações de grupos de deficientes em diferentes países, inclusive no Brasil.

Nesse sentido, a SEMED tem o compromisso de aprimorar e aprofundar as políticas de reconhecimento para as pessoas com deficiência, em um processo de construção onde os agentes sociais participem efetivamente, ou seja, construir “com e não construir para”.

Referências

- Secretaria Municipal de Educação.** (2015). Acesso em 15 out. de 2015. Disponível em:<<http://semed.manaus.am.gov.br/>>. Acesso em 20 jan. 2019.
- Andrade,** Alysson Assunção. (2013). **A política de reconhecimento em Charles Taylor.** Belo Horizonte: FAJE.
- Brasil. Constituição Federal de 1988.** (2019). Presidência da República. Disponível em:<<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao/>>. Acesso em 20 jan. 2019.
- Cuche,** Denys. (1999). **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: EDUSC.
- Freitas,** Patrícia Silvestre de. (2003). **Identidade e deficiência.** 7º Simpósio Internacional – Processo Civilizador, História, Civilização e Educação. Piracicaba: Unimep.
- Goffman,** Erving. (2004) . **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gomes,** Maria Helena; CAMPOS, Alzira Lobo. (2015). Identidade e inclusão das pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** v. 7, n. 14, dez. 2015.
- Mannheim,** Karl. (2012). **Sociologia da cultura.** São Paulo: Perspectiva.
- Martins,** José Alves. (2009). **Aspectos da experiência da deficiência física:** uma abordagem socioantropológica. Cuiabá: UFMT.
- Perreira,** Denis. S. (2016). **Violência contra LGBT’S em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento:** estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito. UFAM.
- Rapoli,** E. A. et al. (2011). A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. In: MANTOAN, M. T. E. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar.** MEC/SSEP. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849>>. Acesso em 20 jan. 2019.
- Taylor,** Charles (Org.). (1994). A Política de Reconhecimento. In: _____. **Multiculturalismo.** Lisboa: Instituto Piaget.
- Tezani,** T. C. (2009). A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais? **Revista on line de Política e Gestão Educacional,** n. 6, p. 1-21.
- Veiga,** I. P. A. (2008). Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun.